

Governo autoriza rolagem de operações ARO

José Francisco Diório/AE—29/9/95

Mato Grosso do Sul e Paraíba renegociam com prazo maior empréstimos que não conseguem pagar

JOSÉ CASADO

O Ministério da Fazenda e o Banco Central decidiram permitir que os governos estaduais transformem em empréstimos de longo prazo as suas dívidas de curto prazo, feitas com o sistema financeiro privado na forma de antecipações de receitas orçamentárias, sempre a custos muito altos.

Na semana passada, o Banco Central, presidido por Gustavo Loyola, propôs e o Conselho Monetário Nacional (CMN) deu as primeiras autorizações: os governos do Mato Grosso do Sul e da Paraíba receberam permissão para renegociar dívidas de curto prazo no total de R\$ 272 milhões com bancos privados nacionais.

Esses Estados fizeram operações de antecipação de receita orçamentária — conhecidas como ARO —, e não pagaram. As normas em vigor impõem que essas operações sejam quitadas até o 30º dia do ano seguinte ao seu contrato. Mato Grosso do Sul e Paraíba, agora, podem renegociá-las com os bancos em prazos acima de dez anos, com quatro anos de carência.

Com os votos 113 e 127, o CMN deu ao Mato Grosso do Sul e à Paraíba um tratamento de “excepcionalidade” em relação à regra básica (Resolução número 2.008) que, na prática, desde 1993 impede negócios do gênero entre Estados, municípios, União e o setor



Loyola: BC informa que valor das AROs já chegou a R\$ 2,9 bilhões

RECURSO DE POTENCIAL EXPLOSIVO VIRA ROTINA

financeiro privado. As limitações foram impostas porque, na época, o governo federal concluiu que era acelerada a expansão do endividamento dos Estados e municípios via operações ARO —

duas delas, feitas anos antes pelo governo paulista com o Banespa, levaram o banco à bancarrota.

“Honestamente, eu nem sabia da existência dessa resolução”, diz Thiago Franco Cançado, secretário da Fazenda do Mato

Grosso do Sul. “Em nenhum momento ninguém falou nisso, no Banco Central ou na Secretaria Nacional do Tesouro, onde conversei com o secretário Murilo Portugal”, garantiu Cançado. “O que eles disseram foi que eu inventei a roda quadrada.”

Cançado ficou com a maior fatia (R\$ 230 milhões) da permissão da rolagem de dívida com um pool de bancos liderado pelo Bamerindus. O resto (R\$ 42,1 milhões) ficou com a Paraíba, que deve ao Banco BMC. O secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul comanda um caixa em situação muito precária, incapaz, por

si só, de oferecer garantias à União, que em última análise fica como avalista da operação.

“O Tesouro estadual está exaurido e eu tinha três saídas: ia a Brasília e pedia dinheiro a fundo perdido; fazia emissão de Letras do Tesouro estadual, que depois fiquei sabendo estar proibido pelo Senado; ou pedia permissão para transformar o débito em dívida de longo prazo”, conta Cançado. “Fiz isso e eles gostaram tanto da idéia que viram nela a reinvenção da roda.”

As operações ARO passaram a ser um recurso administrativo mais que rotineiro nos Estados e municípios, apesar de seu potencial explosivo sobre a dívida e o déficit do setor público. Dados do Banco Central indicam que, entre janeiro e setembro, governadores e prefeitos mais que duplicaram os empréstimos com antecipações de receitas orçamentárias: fizeram negócios de R\$ 2,9 bilhões, no período, o que é 112% acima do realizado nos primeiros nove meses do ano passado.

“Cada vez que vamos ao sistema bancário, levo um susto”, comenta o secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul. “Não está fácil mesmo, sobretudo depois da intervenção do BC no Banco Econômico, os custos subiram muito”, lamenta ele.

Desde janeiro, Cançado trabalha com um déficit permanente no caixa estadual, estimado em R\$ 118 milhões. Para conseguir a autorização do governo federal, acenou com a possibilidade de privatização das empresas estaduais de energia, água e saneamento. Aparentemente, o governo federal aceitou a intenção. O secretário, no entanto, ressalva: “Mas isso não será no mês que vêm, nem no próximo ano e, antes, precisaremos de autorização da Assembléia Legislativa.”